



SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, MÁRCIO MACÊDO, NA SOLENIDADE DE CRIAÇÃO DO CONSELHO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DO SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL INTERMINISTERIAL, REALIZADA NO SALÃO NOBRE DO PALÁCIO DO PLANALTO, EM 31 DE JANEIRO DE 2023, COM A ASSINATURA DOS RESPECTIVOS DECRETOS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

BRASÍLIA, 31 DE JANEIRO DE 2023

Cumprimento o Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e a companheira Janja da Silva. Cumprimento as ministras e os ministros de Estado aqui presentes. Cumprimento a todas as deputadas e senadoras, os deputados e senadores e demais autoridades. Cumprimento as e os protagonistas deste ato de hoje: a sociedade brasileira, presente na plateia e nesta mesa tão representativa de entidades e movimentos sociais.

Vivemos um novo tempo, apesar dos perigos, como diz o poeta.

A poesia ganha sentido quando nos reunimos aqui para que o presidente Lula assine estes dois decretos, que têm grande significado no novo tempo inaugurado com sua vitória nas urnas, em outubro passado, e consolidado com sua posse no dia primeiro de janeiro.

E para chegarmos neste dia que anuncia o novo tempo precisamos fazer um resgate histórico.

A cidadania é um dos cinco fundamentos da República Federativa do Brasil, determinados no artigo 1º da Constituição Federal de 1988. A cidadania compreende os direitos e deveres do indivíduo, que vão muito além do exercício do voto e da possibilidade de ser votado.

A partir de 2003, com a primeira vitória do Presidente Lula, a cidadania ganha a expressão que lhe conferiu a Constituição da República. A participação social foi incorporada como um dos principais eixos do governo.

Foi colocada em prática a ampliação do diálogo com os movimentos sociais, com as organizações da sociedade civil e com os cidadãos e cidadãs, especialmente pela criação, reformulação e ampliação dos mecanismos de participação social como, por exemplo, as conferências e os conselhos nacionais de políticas públicas.

Entre 2003 e 2016 foram criados ou reformulados 35 conselhos e realizadas no Brasil 103 processos de conferências nacionais, sobre diferentes temas, sendo que a maior parte deles foram debatidos pela primeira vez, como as conferências de Comunicações, Mulheres, Segurança Pública, Igualdade Racial, Juventude. A estimativa é de que mais de 5 milhões de brasileiros e brasileiras tenham participado das diferentes etapas das conferências, no âmbito municipal, estadual e federal.

Tive a oportunidade, Presidente, na condição de Superintendente do Ibama em Sergipe, de participar da Conferência de Meio Ambiente durante seu governo.

O desmonte da participação social em âmbito governamental começou com o golpe de 2016, que destituiu uma presidenta legitimamente eleita, e se acentuou em 2018 com a vitória do candidato de extrema-direita.

O governo que se encerrou em dezembro de 2022 destruiu, neutralizou ou desvalorizou o alcance de todo o sistema nacional de participação social, legado da Constituição de 1988 e implantado pelos governos Lula e Dilma. Isso se expressou já no começo do governo, com o Decreto 9.759 de 2019, que extinguiu e limitou os colegiados, e se firmou por meio da inexistência de conferências nacionais e, ainda, pela ausência de qualquer tipo de participação social na elaboração e no monitoramento dos instrumentos de planejamento orçamentário.

Nos últimos quatro anos não houve participação social alguma na Presidência da República. Conferências e fóruns interconselhos foram desmobilizados, plataformas digitais foram extintas, consultas e audiências públicas deixaram de ser realizadas, com consequências danosas para as políticas públicas.

Casos emblemáticos foram a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), criado em 1993, ou o esvaziamento do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), criado em 1981. A volta do Brasil ao Mapa da Fome e a uma situação de pária internacional em matéria ambiental são consequências diretas desse desmonte, com graves repercussões para a vida do nosso povo.

O contraponto pode ser verificado, por exemplo, no papel relevante exercido pelo Conselho Nacional de Saúde, ao defender a vida contra o negacionismo que levou a quase 700 mil mortes por COVID-19, ou pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, ao resistir a um governo autoritário e violento.

Participação social é essencial para o Estado Democrático de Direito, a qualidade do serviço público e o exercício da cidadania. Enquanto direito fundamental, a participação social deverá ser orientada pelo princípio da democracia direta, controle social e transparência, envolvendo de forma ampla os setores organizados e, principalmente, os mais vulneráveis que necessitam de uma atuação sensível do Estado.

Desde a transição governamental o governo eleito já deu mostras de que vai reverter esse quadro.

Sob a coordenação da Presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, a quem rendo minhas homenagens, foi criado o Conselho de Participação Social na transição governamental. Com a participação de 57 entidades e movimentos, o Conselho deu sua decisiva contribuição em dois relatórios para que, no governo, possamos reverter o triste quadro em que nos encontramos.

E foi do encontro no dia 13 de dezembro de 2022, do Conselho de Participação Social com o presidente Lula na transição governamental, que o Decreto que cria o Conselho no governo foi gestado. Manter o Conselho foi ideia deste que é um dos maiores líderes políticos do mundo e, para nossa sorte, nosso presidente.

Portanto, presidente Lula, o Decreto que vossa Excelência determinou que fosse feito está pronto. O Conselho de Participação Social será criado e presidido por Vossa Excelência.

O Conselho vai reunir 68 representantes de movimentos e entidades, que estarão em diálogo com o governo a cada três meses - e será, certamente, uma experiência muito rica.

Assumi a Secretaria-Geral da Presidência da República com a missão de que ela será - e já é de fato neste primeiro mês de trabalho - o órgão central da política nacional de participação social, espalhada pelos Ministérios, impulsionando processos de caráter federativo e territorial.

Para fins de gestão transversal da política de participação social foi criada, por meio da Medida Provisória de reorganização da Administração Federal, uma Assessoria de Participação Social em cada ministério, responsável pelo recebimento de demandas de movimentos sociais, bem como pela gestão das instituições participativas relacionadas àquela pasta específica. Esses e essas assessores serão referência para que a Secretaria-Geral atue de forma transversal na política de participação junto aos Ministérios.

Peço a especial atenção dos colegas ministros: esses assessores e assessoras serão o ponto focal da relação do ministério com a Secretaria-Geral da Presidência. Serão os interlocutores da política nacional de participação social em cada ministério, o que é muito importante para impulsionar o governo como um todo nesse importante objetivo. E precisam ser servidores que, como disse o presidente Lula, gostem do povo. Que tenham compromisso com o povo.

É disso que trata o outro decreto a ser assinado hoje, criando o Sistema de Participação Social Interministerial.

Temos um imenso desafio pela frente. O desafio começa com a remontagem da engrenagem, das conferências, dos conselhos, das audiências públicas, plataformas digitais e mesas de diálogos, com a criação dos novos espaços de debates. Mas vai muito além deles.

Depois de termos derrotado Bolsonaro nas urnas, vamos derrotar o bolsonarismo na sociedade. Vamos derrotar o fascismo.

Precisamos discutir as políticas públicas de inclusão, distribuição de renda e diminuição da desigualdade no curso da implementação.

Para isso precisamos integrar a educação popular como instrumento de formação de consciência e organização da participação social; multiplicar os conselhos populares em torno de todas as políticas públicas; atuar por meio de formação de conselheiros e conselheiras na base; parcerias com Universidades, Institutos Federais, entidades de educação popular; fazer mutirões para discussão dos programas do governo, integrando cultura, esporte, comunicação.

Entre as iniciativas de início do Governo já iniciamos o diálogo com a ministra Simone Tebet, do Ministério do Planejamento e Orçamento, para a convocação

mais rápida possível do PPA Participativo. Este processo de participação social no PPA foi vivido e consolidado nos governos Lula e Dilma, e precisa ser retomado inclusive na perspectiva de avançarmos nas bases para construção do Orçamento Participativo anunciado na campanha pelo Presidente Lula. Da mesma forma, precisamos voltar a investir na qualificação das plataformas de participação social por meios digitais do governo federal, retomando as exitosas experiências do ParticipaBr, do governo Lula, e do Dialoga Brasil, do governo Dilma, para os aprimoramentos possíveis com o avanço tecnológico e da cultura digital no País.

Ao lado da escuta das populações e dos movimentos sociais, permitindo o melhoramento das ações de governos, tornando-as mais efetivas, transparentes e democráticas, ao lado da redução da desigualdade social, precisamos promover participação cidadã.

Hoje é um novo dia e o futuro já começou.

Contem com a Secretaria-Geral da Presidência na construção desse futuro.

Obrigado!